

Brasil vai solicitar ao Bird empréstimos de US\$ 2 bilhões

O Governo enviará nos próximos dias uma nova missão ao Banco Mundial (BIRD) para negociar um aumento dos empréstimos para US\$ 2 bilhões do organismo internacional, sobretudo após a declaração do Diretor do Departamento do Brasil, Armeane Choksi, sobre o Programa Cruzado Novo, do qual faz uma avaliação positiva. Acontece que os recursos do Bird, US\$ 500 milhões para o setor elétrico, que seriam liberados entre dezembro de 1988 e janeiro deste ano estão bloqueados. Isso, por conta do descumprimento do Governo de realinhar as tarifas do setor, a principal condicionalidade para a liberação do empréstimo.

Este bloqueio suspende automaticamente o financiamento dos bancos credores privados, uma vez que a vinculação faz parte do acordo da dívida externa assinado no ano passado. O acordo condicionava os dois primeiros desembolsos dos credores aos do Banco Mundial, e o terceiro à uma carta do Fundo Monetário Internacional (FMI) declarando que as metas com o Brasil vinham sendo cumpridas. Não aconteceu nem uma coisa nem outra. E enquanto o ingresso destes recursos (ou do em-

préstimo-ponte requisitado pelo Governo junto ao Tesouro dos Estados Unidos) não sair do papel, a meta de reduzir o saldo comercial neste ano torna-se mais difícil.

A desvalorização do cruzado em 17% acentuará ainda mais esta dificuldade, na medida em que aumenta os custos para os importadores e facilita as exportações. Mas, de acordo com os cálculos do economista do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Ibre, Arno Meyer, se a inflação de janeiro ficar em 70% não haverá desvalorização real do câmbio. Se a taxa for de 60%, a desvalorização será de 6%. Se isso ocorrer, e se a transferência líquida deste ano for igual à do ano passado, de US\$ 13 bilhões, o saldo de 1989, fatalmente, terá que ser elevado.

Mesmo com o superávit de US\$ 19 bilhões, 5% do PIB no ano passado, as reservas não subiram os US\$ 2,5 bilhões estimados pelo Banco Central. Arno Meyer enumera as razões desta aparente contradição. Em primeiro lugar, os juros internacionais (libor, taxa interbancária de Londres) subiram 2% no ano passado, consumindo US\$ 1 bilhão das reser-

vas brasileiras em serviços da dívida. Por essa razão, a redução dos spreads (taxa de risco) pagos pelo Brasil acabou sendo neutralizada.

Em segundo, a remessa de lucros e dividendos aumentou US\$ 600 milhões, chegando a US\$ 1,5 bilhão em 1988. Isso por conta do passeio dos lucros que saíram do País no ano passado para voltar como investimento, via conversão da dívida. Além disso, contam também os aumentos do item "outros serviços": viagens internacionais subiram US\$ 400 milhões e as despesas governamentais US\$ 200 milhões.

Na conta de capitais, a piora foi substancial. O Brasil pagou US\$ 1,2 bilhão de amortizações (Banco Mundial, FMI etc) e o financiamento dos bancos credores internacionais foi negativo em US\$ 100 milhões. Curiosamente, isso ocorreu precisamente no ano em que o Governo fechou o acordo da dívida externa.

O País só recebeu US\$ 4 bilhões dos US\$ 5,2 bilhões previstos para 1988. Em 1988 o Brasil pagou aos credores privados US\$ 4,1 bilhões e recebeu US\$ 4 bilhões. A transferência bruta para o sistema financeiro internacional, disse Meyer, foi de US\$ 17 bilhões.